SGCIE já permitiu reduzir 1,6% do consumo de energia das indústrias

29 de Setembro, 2016

O Sistema de Gestão dos Consumos Intensivos de Energia (SGCIE) já permitiu reduzir 1,6% do consumo de energias das indústrias integradas nos Planos de Racionalização dos Consumos de Energia (PREn), anunciou esta semana Marta Viegas, da ADENE – Agência para a Energia, na IV Conferência Green Project Awards, sob o tema "Eficiência Energética na Indústria – Novas Oportunidades".

"Face ao plano de referência de cada plano aprovado, verifica-se uma redução de 1,6% do consumo de energia, a manutenção das emissões de GEE e um aumento de 17% do Valor Acrescentado Bruto (VAB) gerado pelas instalações", referiu Marta Viegas, na apresentação.

Acrescentou ainda que "até à data, em 687 PREn com Relatórios de Execução e Progresso (REP) aprovados, foi implementado cerca de 75% do potencial de economia de energia".

Resultados que provêm das medidas de eficiência energética empregados pelo SGCIE: um sistema que se aplica às instalações consumidoras de energia com consumos superiores a 500 tep/ano. É dinamizado no âmbito da Estratégia Nacional para a Energia, a gestão operacional cabe à ADENE, e supervisão à Direção Geral da Energia e Geologia. Estabelece inicialmente um PREn – Plano de Racionalização dos Consumos de Energia (PREn) e posteriormente um REP – Relatório de Execução e Progresso.

"Até julho de 2016 tínhamos 1086 instalações registadas no SGCIE, das quais 1063 já têm planos de racionalização aprovados e em curso. Neste campo, já temos 1386 relatórios de REP, ou seja, informação sobre a aplicação das medidas", referiu a oradora.

Segundo a própria, tendo em conta o setor da agricultura e pescas, indústria extrativa, indústria transformadora, obras públicas e construção, "34% dos consumos já estão abrangidos" pelo programa. Estas instalações, que são "grandes consumidoras intensivas", localizam-se principalmente no centro e norte do país: Aveiro conta com o maior número (186), seguindo-se Lisboa (161) e Porto (160).

Estima ainda que através das medidas de eficiência energética "é possível obter uma redução de 7% no consumo de energia e de 8% nas emissões de gases com efeito de estufa".

As medidas dividem-se em duas tipologias: setoriais (que são características de um setor de atividade específico); e as transversais, que se podem implementar nos mais diversos setores e "que permitem obter mais economia de energia", sendo que "90% do potencial de redução provém destas medidas", frisou.

Explicou também que “34% das medidas transversais têm um Período de Retorno de Investimento (PRI), inferior a um ano”, as quais na maioria “não precisam de qualquer investimento”, sendo o equivalente a “apagar a luz nas nossas casas”, como por exemplo, reduzir a pressão do ar comprimido.

As medidas com um maior potencial de redução de consumo energético são a recuperação de calor, sistemas de combustão, isolamentos térmicos e monitorização e controlo. Já as que têm um PRI menor são a sensibilização de recursos humanos (0,30 anos), a integração de processos (0,93), os isolamentos térmicos (1,23), o tratamento de efluentes (1,28) e os sistemas de ventilação (1,48).